



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

**SENTENÇA**

Processo nº: **1017374-08.2017.8.26.0037**  
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Gratificação Natalina/13º salário**  
Requerente: **Ana Paula de Oliveira Uliana e outros**  
Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

**ANA PAULA DE OLIVEIRA ULIANA, SANTA MARTA SEMIONATO MESSIS, ELISABETE LOURENÇO DA SILVA**, qualificadas na inicial, ajuizaram com ação declaratória de obrigação de fazer contra **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, aduzindo em síntese, que são servidoras públicas pertencentes ao quadro da secretaria de saúde e que prestam serviços extraordinários na forma de plantão, entretanto, os valores pagos a título de plantão não são observados para fins de pagamento de décimo terceiro salário e do terço de férias constitucionais, razão pela qual requereram a procedência da ação, para que a requerida inclua no cálculo do décimo terceiro salário e do um terço de férias os valores pagos a título de plantão. Com a inicial vieram os documentos.

A requerida ofertou contestação, sustentando que a norma de regência não autoriza a inclusão pleiteada pelas autoras, pugnando pela improcedência da ação. Juntou documentos.

**É O RELATÓRIO.**

**FUNDAMENTO E DECIDO.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

É possível o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

As autoras são servidoras públicas do Estado, lotados na Secretaria da Saúde. Pretendem incluir a gratificação paga no plantão na composição do cálculo do 13º salário, férias e terço constitucional.

O pedido é procedente.

Os servidores da Secretaria de Estado da Saúde atuam no sistema de plantão, prestando serviços de 12 horas contínuas e ininterruptas.

O permissivo legal e a forma de cálculo dos valores a serem recebidos se encontram nas Leis Complementares Estaduais nº 839/1997, nº 987/2006, alteradas pelas leis Complementares nº 1.157/2011 e nº 1.176/2012.

O 13º salário é assegurado pelo artigo 124, § 3º, da Constituição Estadual e na Lei Complementar nº 6.664/89, que determina o seu pagamento com base na remuneração integral, assim entendidos todos os valores percebidos pelo servidor em caráter permanente.

O adicional de um terço de férias é previsto nos artigos 7º, inciso VIII, e 39, § 3º, da Constituição Federal.

Para a inclusão do plantão na base de cálculo do décimo terceiro e do adicional de um terço de férias, mister avaliar se o plantão constitui verba de caráter remuneratório (habitual) ou se é uma verba de caráter transitório.

Embora transitória, o que significa que não pode ser incorporada aos vencimentos, a verba de plantão também possui natureza remuneratória, de modo que perfeitamente viável sua inclusão na base de cálculo do 13º e das férias,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

enquanto prestado o serviço excepcional pelo servidor, extinguindo-se automaticamente seu pagamento quando cessado o trabalho, sendo indevido o desconto previdenciário.

A jurisprudência já sedimentou este entendimento:

**"TJSP - SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS PERTENCENTES AO QUADRO DA SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE. INCLUSÃO DA GRATIFICAÇÃO RELATIVA AO PLANTÃO HOSPITALAR, PREVISTA NAS LEIS COMPLEMENTARES Nº 839/1997 E 987/2006, ALTERADAS PELAS LEIS Nº 1.157/2001 E 1.176/2012, NA BASE DE CÁLCULO DO 13º SALÁRIO E DAS FÉRIAS ACRESCIDAS DO TERÇO CONSTITUCIONAL. ADMISSIBILIDADE. Autores que não pretendem a incorporação da vantagem percebida a título de plantão, e sim o recálculo dos valores recebidos a título de 13º Salário e férias acrescidas de 1/3 (um terço), constitucionalmente previstos, a fim de que sobre eles incida referida gratificação. Vantagens constitucionalmente previstas. Critério da hierarquia das normas. Precedentes deste E. Tribunal de Justiça. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA fixados nos termos do artigo 1º-F da Lei nº 9494/97, com a redação dada pela Medida Provisória n. 2180-35/01, ante a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, na ADI 4357, dos §§ 2º, 9º, 10 e 12 do artigo 100 da Constituição Federal e, por arrastamento, da Lei n. 11960/09. RECURSO PROVIDO".** (Relator: Ronaldo Andrade; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 3ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 16/02/2016; Data de registro: 22/02/2016);

**"TJSP - SERVIDORAS PÚBLICAS ESTADUAIS. Área da Saúde. Pedido de inclusão das verbas relativas ao labor em regime de plantão na base de cálculo do 13º salário e das férias + 1/3. LCEs nºs 839/97 e 987/06, com as alterações promovidas pela LCEs nºs 1.157/11 e 1.176/12. Possibilidade. Pleito que encontra amparo no texto constitucional. Exegese dos artigos 7º, VIII e XVII, e 39, § 3º, da Constituição Federal. Recurso do IAMSPE que trata o feito como se a ação fosse proposta por servidores celetistas. Ofensa ao princípio da dialeticidade que impõe seu não conhecimento. Honorários corretamente arbitrados. Precedentes. Sentença parcialmente reformada. Remessa necessária e apelo das autoras conhecidos e providos em parte. Apelo da FESP conhecido e desprovido. Apelo do IAMSPE não conhecido"** (Relatora: Vera Angrisani; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 2ª Câmara Extraordinária de Direito Público; Data do julgamento: 26/04/2016; Data de registro: 29/04/2016).

Portanto, está claro que o plantão se trata de remuneração, a pretexto de ser verba de caráter transitório.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Irrelevante a existência previsão legal no artigo 51 da Lei Complementar Estadual nº 1.157/2011 e no art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 1.176/2012 no sentido de que a importância paga a título de plantão não será incorporada aos vencimentos ou salários para quaisquer efeitos legais, não incidindo sobre ela vantagens de qualquer natureza, pois se trata de norma legal a restringir o âmbito de aplicação das normas constitucionais (estaduais e federais) que reconhecem o direito à percepção do adicional de um terço de férias e do décimo terceiro salário, calculados sobre os vencimentos integrais.

Em outras palavras: se o sistema de remuneração se dá através de "plantão", deve o valor recebido neste sistema servir de base para o cálculo do décimo terceiro e do terço constitucional de férias.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** ação, para condenar a requerida a incluir as verbas recebidas pelas autoras a título de plantão na base de cálculo do décimo terceiro e do adicional de um terço de férias, com o devido apostilamento, condenando, ainda, ao pagamento das diferenças apuradas no quinquênio que antecedeu o ajuizamento da ação, com juros e correção monetária, aplicando-se o artigo 5º da Lei nº 11.960/09, nos termos do Recurso Especial nº 870.947.

Sucumbente, arcará a requerida com as custas e despesas processuais, mais honorários que fixo em dez por cento (10%) do valor da inicial.

P.I.C.

Araraquara, 17 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**